

O INTÉRPRETE DE LIBRAS NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Reginaldo Célio Sobrinho¹
Edson Pantaleão Alves^{**}
Euluze Rodrigues da Costa Junior^{***}

Resumo: Refletimos sobre as práticas dos intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – Libras concebendo-as como dispositivos que mobilizam as atitudes de cooperação entre estudantes ouvintes e uma estudante surda que cursam Licenciatura em Pedagogia, em uma universidade pública brasileira. O texto se ancora nos conceitos de figuração e interdependência elaborados por Norbert Elias. Em termos metodológicos, adotamos o estudo de caso do tipo etnográfico e, para coleta dos dados, elegemos a observação participante, o questionário fechado e a entrevista estruturada. As reflexões que conduzimos nos possibilitam apontar que, a partir da presença de uma estudante surda na figuração investigada, emergem tensões entre os indivíduos que concorrem para a busca de negociações, qualificando e redimensionando a atuação dos intérpretes de Libras no Ensino Superior. Apoiados em Elias, destacamos que as condutas assumidas pelos professores e pelos intérpretes de Língua Brasileira de Sinais, durante nossa investigação, potencializam uma política cooperativa.

Palavras-chave: Intérprete de Libras. Ensino Superior. Norbert Elias. Política Cooperativa.

Abstract: We reflect on the Língua Brasileira de Sinais – Libras interpreter's practices conceiving them as mechanisms to mobilize the cooperation actions between hearing students and a deaf student who attended Pedagogy Degree classes in a Brazilian public university. The text is anchored on the figuration and interdependency concepts elaborated by Norbert Elias. In terms of methodology we adopted the ethnographic type study case and as a form of collecting data we elected the participant observation, as well as the closed questionnaire and semi-structured interviews. The reflections we conducted allow us to acknowledge that from the moment a deaf student is present in the investigated figuration, tensions emerged among the individuals that would collaborate to the search of negotiations forms, thereby qualifying and resizing the practice of the Libras, interpreters in the higher education field. Supported in

¹ Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor Adjunto do Departamento de Educação, Política e Sociedade e do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (DEPS/ PPGE/ UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais (CNPq). Bolsista CAPES-PNPD/UFGD-MS. rsobrinho@hotmail.com

^{**} Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor Adjunto do Departamento de Educação, Política e Sociedade e do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (DEPS/PPGE/UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais (CNPq). Bolsista CAPES-PDJ/UFRGS-RS. edpantaleao@hotmail.com

^{***} Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor Assistente do Departamento de Linguagens, Cultura e Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (DLCE/UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil. Membro e pesquisador do Grupo de Pesquisa Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais (CNPq) e do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Libras e Educação de Surdos (GIPLES/CNPq). euluzejunior@gmail.com

Elias, we emphasize that the conducts assumed by professors and interpreters of Língua Brasileira de Sinais during our investigation have potencialized a cooperative policy.

Keywords: Libras interpreter. Higher Education. Norbert Elias. Cooperative Policy.

Introdução

Neste texto, temos como objetivo refletir sobre a sociodinâmica e as práticas dos intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – Libras como elementos/dispositivos que mobilizam as atitudes de cooperação entre estudantes ouvintes e uma estudante surda em uma turma de nível superior. Para tanto, recorreremos à pesquisa de Mestrado em Educação, intitulada *A modelação de uma política cooperativa na escolarização de estudantes surdos no Ensino Superior* que desenvolvemos no âmbito da linha de pesquisa Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas, do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes.

Essa pesquisa delineou-se como estudo de caso do tipo etnográfico e foi realizada no período de agosto de 2014 a julho de 2015. Nesse período, estivemos na turma de Pedagogia 2014/2 da Ufes e analisamos a sociodinâmica da rede de interdependência na qual uma estudante surda encontrava-se envolvida no processo de formação no nível superior. Para tanto, como procedimentos para coleta de dados, elegemos a observação participante, o questionário fechado e as entrevistas estruturadas.

No fluxo da nossa pesquisa, percebemos que a matrícula da estudante surda nessa turma, no bojo de Elias (1993, 2001, 2006, 2011, 2014), mobilizou toda a rede de interdependência e, assim, processualmente, os indivíduos que compunham aquela turma – estudantes ouvintes, a estudante surda, professores e intérpretes de Libras – passaram a modelar seus comportamentos, o que nos levou a compreender que, naquele contexto, emergia uma política cooperativa (SENNETT, 2012). Essa política motivou e delineou um processo – focalizado na formação de todos os estudantes – de avanços e recuos fortes e brandos.

Acreditamos que a política de cooperação modelada na turma investigada emergiu, também, a partir da mobilização dos professores e dos intérpretes de Libras. Nesse sentido, pontuamos neste texto o desenvolvimento da profissão do intérprete de Libras (SANTOS,

2009; 2012) e como esse indivíduo pode potencializar as relações entre estudantes surdos e ouvintes em classes do Ensino Superior brasileiro.

Assim, para cumprir o objetivo deste texto, buscamos compreender alguns aspectos da sociodinâmica da profissionalização do intérprete de Libras, especialmente nos contextos educacionais (XAVIER, 2010) e, no nosso caso específico, no contexto do Ensino Superior brasileiro (SANTOS, 2006; 2009; 2012). Diante disso, recorreremos aos pressupostos da Sociologia Figuracional, elaborada por Norbert Elias. Dessa perspectiva teórica eliasiana tomamos, principalmente, dois conceitos complementares: figuração e interdependência.

O conceito de figuração é recorrente nas obras de Norbert Elias. Para o autor, é uma condição humana a participação dos indivíduos em alguma figuração. Ele indica que uma figuração pode ser formada por duas ou mais pessoas unidas por laços de interdependência. Podemos dizer, então, que as figurações não são estáticas, elas são constituídas de modo processual e fundamentadas pelas redes de interdependência que se delineiam a partir das tensões e do equilíbrio de poder vividos nos espaços sociais.

Na lógica eliasiana, os indivíduos formam redes de interdependência de vários tipos, por exemplo:

[...] cidades e aldeias, universidades e fábricas, estados e classes, famílias e grupos operacionais, todos eles constituem uma rede de indivíduos. Cada um de nós pertence a esses indivíduos – é isso que significam as expressões: “a *minha* aldeia”, “a *minha* universidade”, “a *minha* classe”, “o meu país” (ELIAS, 2014, p.16 – grifo do autor).

Ao buscarmos compreender a processualidade humana e social, segundo Elias (2014), confrontamo-nos com uma tarefa emancipadora. Nesta perspectiva, as pessoas observam que estão sujeitas a tensões que são entrelaçadas. Dessa maneira, uma das tarefas fundamentais da sociologia seria orientar essas forças e significá-las para que se tornem mais compreensivas. Para o autor, não existe dificuldade em compreendermos as forças sociais como “[...] forças exercidas pelas pessoas, sobre outras pessoas, e sobre elas próprias” (ELIAS, 2014, p. 17). Entretanto, quando seguimos para o próximo passo, observamos que “[...] o mecanismo social do pensamento e da linguagem apenas coloca à nossa disposição [...] modelos de um tipo ingenuamente egocêntrico como o mágico-mítico, [...] modelos tirados das ciências naturais” (ELIAS, 2014, p. 17).

De acordo com Elias (2014) esses modelos, ingenuamente egocêntricos, foram adotados nas investigações utilizadas para decifrar as forças compulsivas da sociedade. Na

abordagem eliasiana, muitos conceitos e interpretações de fatos naturais foram transferidos indevidamente para as investigações de fenômenos humanos e sociais. Destarte, fora impossibilitado o desenvolvimento de um modelo emancipador de pensar e falar mais adequado às especificidades das figurações humanas. Assim, são de responsabilidade da sociologia não somente a interpretação das forças compulsivas que agem sobre os seres humanos e suas figurações em sociedades empiricamente observáveis, mas, também, produzir outros conceitos que possam ser utilizados às especificidades e representações sociais do homem.

Para o autor, essa, sem dúvida não é uma tarefa fácil, pois “[...] a compreensão e afinidade em relação a novos modos de falar e de pensar nunca se desenvolveu sem entrar em conflito com modos mais velhos e mais comuns” (ELIAS, 2014, p. 21). Entretanto, no entendimento de Norbert Elias é necessário um novo arranjo de perspectiva e de pensamento que considere as pessoas interdependentes.

Assim, a partir de nossas análises, passamos a compreender que os intérpretes, os estudantes surdos e os estudantes ouvintes são indivíduos cujas atitudes e modos de relacionamentos ganham outros sentidos a partir da matrícula da estudante surda no Ensino Superior. Decorre daí nosso interesse e também a pertinência de estudar aspectos das interpenetrações dos intérpretes no fluxo da formação de estudantes surdos no Ensino Superior.

O intérprete de Libras no Ensino Superior: uma breve contextualização

A profissão do intérprete de Libras, especificamente no Ensino Superior, emerge e se consolida de modo muito específico a partir da inserção dos estudantes surdos nas classes desse nível de ensino. Nesse aspecto, vale considerar que, associado à ampliação de matrículas no Ensino Superior, vivenciamos uma intensa (re) definição e (re) elaboração em torno da profissão do tradutor e intérprete de Libras. O Ensino Superior traz marcas e sentidos muito peculiares em relação à Educação Básica. Nessa direção, concordamos com Sanfelice (2014), quando ele pontua que cada instituição de educação tem suas marcas, maneiras e, assim, não há possibilidade de comparação.

Nesse contexto, Zaidan (2014) nos permite entender que, nos espaços do Ensino Superior, as formações são expressas e conduzidas de muitas maneiras que envolvem o conhecimento de temáticas/saberes do cotidiano escolar, o desenvolvimento e os

investimentos em pesquisas da área da educação. Assim, compreendemos que, atualmente, a profissão do intérprete de Libras está intimamente ligada à formação dos professores. Em termos mais específicos, acreditamos que, ao compor as redes de interdependências desse nível de ensino, os intérpretes se constituem em profissionais importantes e podem cooperar com professores e estudantes no sentido de conduzir o processo de formação de estudantes surdos e ouvintes.

Nesse sentido, observamos, nos estudos de Xavier (2010) e Vieira-Machado (2010), que historicamente a escolarização de estudante surdos era pautada pela oralização. Para as autoras, em decorrência dos movimentos surdos que ocorreram por volta da década de 1980, a partir das associações de surdos, essa prática oralista passou a ser alvo de questionamentos intensos e posta em xeque.

Nesse contexto, alguns indivíduos se constituíram profissionais nas fronteiras das comunidades surdas e ouvintes, pois ora conviviam com os surdos e utilizavam a Libras, ora com os ouvintes e, nesse caso, faziam uso da Língua Portuguesa. De certa maneira, em ambas as situações, o intérprete passou a desenvolver a habilidade de interpretar em diversos contextos sociais e, assim, buscava a partir dos conhecimentos adquiridos das palavras/sinais, dos significados e da cultura (LOPES, 2007), buscava as interpretações mais apropriadas. Dessa maneira, concordamos com Santos (2012), que esses profissionais praticavam a tradução e acabavam transitando nas duas comunidades: de ouvintes e de surdos (SANTOS, 2012).

No fluxo de outras transformações sociais, no século XXI, dois marcos legais começaram a ditar outros rumos na escolarização de estudantes surdos no Brasil. Por meio da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o Brasil legitima a escolarização dos surdos em sua língua, a Libras. Entretanto, observamos que até o ano de 2008 não havia, no Brasil, uma sistematização em torno da formação dos intérpretes de Libras.

A partir de 2008, identificamos que houve um desenvolvimento na formação dos intérpretes de Libras. Naquele momento, emerge no país uma formação institucional, ofertada pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, por meio do curso de Bacharelado em Letras-Libras (SANTOS, 2012). Nessa direção, percebemos que, por meio da Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010, essa profissão passou a ser legitimada e regulamentada em todo território nacional.

Nessa direção, com o crescente número de matrículas de estudantes surdos nas redes de ensino, a profissão de intérprete de Libras ganha destaque. Entretanto, como vimos no estudo de Santos (2012), a maioria desses profissionais desconhecia seu papel na formação dos estudantes e suas possíveis relações com outros profissionais no fluxo das práticas pedagógicas que demandam a área educacional. Ainda que, conforme as indicações de Xavier (2010, p.111), esse profissional fosse peça central no processo formativo-educativo de pessoas surdas, vez que era “[...] responsável por versar, conduzir, transpor informações que serão dadas em Libras para o Português e do Português para Libras”.

Desse modo, percebemos a legitimação da profissão de intérprete de Libras a partir do momento em que a sociedade brasileira necessitou da habilidade da interpretação da Libras para a Língua Portuguesa e/ou da Língua Portuguesa para Libras. Esse movimento emergiu a partir da participação cada vez mais evidente e ampliada de surdos nas diferentes figurações sociais.

De fato, na medida em que os estudantes surdos passam a integrar de modo cada mais ampliado e explícito, as redes de interdependência do Ensino Superior, a demanda pela presença e atuação dos intérpretes de língua de sinais são mais recorrentes. Assim, assumem absoluta pertinência as discussões em torno da Libras, principalmente quando o uso dessa língua passa a ser entendida como condição para a formação de estudantes surdos no Ensino Superior (SANTOS, 2009).

Práticas cooperativas a partir da presença dos intérpretes de Libras na turma de Pedagogia 2014/2 da Ufes

Nossas reflexões sobre os intérpretes de Libras e suas práticas cooperativas em turmas de nível superior emergem de observações e análises feitas a partir da nossa pesquisa realizada no campus de Goiabeiras – Vitória, da Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes, em uma turma de Pedagogia constituída por 42 alunos que iniciaram sua formação em 2014/2. A turma, composta quase em sua totalidade por mulheres, contava com a matrícula de um aluno do sexo masculino. Essa investigação aconteceu no período de agosto de 2014 a julho de 2015.

Nesse período, observamos as aulas das disciplinas: Políticas e Organização da Educação Básica - POEB; Introdução à Pesquisa Educacional; Psicologia da Educação; e

mais tarde, especificamente no semestre 2015/1, estivemos nas aulas de Pesquisa, Extensão e Práticas Pedagógicas – PEPP; Educação, Corpo e Movimento; Arte e Educação.

Registramos os dados dessas observações em diário de campo. Neste instrumento, focalizamos os dados que nos permitiram compreender as relações entre a estudante surda no contexto da formação em nível superior em uma sala de aula com estudantes ouvintes. No processo de observação, priorizamos os planejamentos realizados por um professor junto a intérpretes e estudantes ouvintes; a realização dos trabalhos individuais e em grupo nas disciplinas Introdução à Pesquisa Educacional; Psicologia da Educação; Pesquisa, Extensão e Práticas Pedagógicas – PEPP; Educação, Corpo e Movimento; Arte e Educação. Nas aulas, observamos as estratégias didáticas utilizadas pelos professores das disciplinas e que envolviam os intérpretes de Libras no processo formativo-educativo dos estudantes da turma, bem como as ações dos professores e dos intérpretes que colaboravam para a modelação da política cooperativa da turma.

Constituindo uma política cooperativa: em contexto

Durante esse período em que acompanhamos as aulas da turma, percebemos que, embora a estudante surda necessitasse focalizar o intérprete de Libras durante todo o período em que estivesse na sala para que não perdesse nenhuma informação, o fato dela estar sentada próximo a outras estudantes ouvintes impulsionava o estabelecimento de comunicação e de aproximação com os colegas de turma.

Outro elemento importante nesse processo refere-se ao fato de que a estudante surda não sentava no canto da sala de aula, e sim no meio da turma, o que potencializava as relações entre a estudante surda e os estudantes ouvintes e possibilitava uma aproximação dos intérpretes de língua de sinais com os professores e os demais estudantes. Nessa direção, constatamos que:

[...] as carteiras da classe estavam organizadas em dois grandes semicírculos, que iniciavam na direção da porta de entrada/saída da classe e terminavam na direção oposta. Então, aproximadamente, metade da turma sentava-se no primeiro semicírculo e os demais sentavam-se no semicírculo posterior. Ao centro da sala de aula, e na direção do quadro branco, localizava-se a mesa do professor e ao seu lado direito ficava um intérprete sinalizando a aula e o outro intérprete, sentado numa cadeira, aguardava sua vez de interpretar e monitorava o tempo de troca que haviam combinado (DIÁRIO DE CAMPO, agosto de 2014).

Essa organização possibilitava a troca de informações de uma língua para outra, utilizando a tradução ou interpretação, de maneira mais próxima possível, respeitando-se as convenções gramaticais das línguas (XAVIER, 2010). Nessa dinâmica, alguns professores e os estudantes ouvintes passaram a acompanhar a interpretação dos conteúdos, das dúvidas e das respostas.

Percebemos que a organização das carteiras na sala de aula dava visibilidade à presença do intérprete. Desse modo, em uma das aulas da disciplina “Educação, corpo e movimento”, após receberem o indicativo de greve dos técnicos da Ufes,

[...] os estudantes combinaram de faltar às aulas da sexta-feira daquela semana. Essa atitude foi tomada em comum acordo dos estudantes, pois entendiam que sem a presença dos intérpretes de Libras, a estudante surda estaria impossibilitada em acessar às informações das aulas daquele dia em diante. Dessa maneira, decidiram não comparecer às aulas até que a turma tomasse conhecimento de alguma solução para o caso. (DIÁRIO DE CAMPO, maio de 2015).

Apoiando-nos nos estudos de Santos (2009; 2012), observamos que, na perspectiva dos estudantes, existia uma valorização do intérprete de Libras, pois o fato de estarem localizados ao lado dos professores durante as aulas contribuiu para a modelação dos comportamentos de todos os indivíduos dessa figuração, de modo que passaram a valorizar a atuação dos intérpretes de língua de sinais, nessa turma de Ensino Superior.

Vale ressaltar que a ação de interpretar, comumente realizada no canto da sala de aula, não era vivenciada nas aulas ministradas para aquela turma. O intérprete atuava no centro da sala, próximo ao professor regente. Durante as entrevistas, uma estudante destacou questões relativas à organização física das carteiras e do trabalho do intérprete. A presença dos intérpretes

[...] mobilizou a turma inteira, os intérpretes – aquela novidade, focávamos neles – mas mobilizou a turma de uma maneira geral. Principalmente no primeiro período, que fizemos um trabalho sobre a importância do papel do intérprete na intermediação da comunicação do professor e do aluno surdo (ESTUDANTE 15 - ENTREVISTA, julho de 2015).

Elias (2006) evidencia-nos que as profissões são funções sociais que determinados indivíduos exercem com o objetivo de atender as necessidades de outros. Para Elias (2006, p. 89), “[...] se novas ocupações surgem em uma comunidade, tais transformações não se devem simplesmente a atos ou pensamentos desse ou daquele indivíduo em particular”. Mais

especificamente, as profissões são o resultado de processos sociais, assim, as tensões e os dilemas que narram tais processos, precisam constituir os balizadores do desenvolvimento profissional.

Nessa perspectiva, compreendemos que o trabalho do intérprete de Libras não se dá num vazio, ele molda e é moldado na figuração social. Desse modo, se os estudantes dessa turma refinavam seus comportamentos, adotando estratégias para se relacionarem com a estudante surda, em decorrência da presença e da atuação dos intérpretes, também em decorrência das ações dos estudantes ouvintes, os intérpretes passavam a adotar conduções específicas que traziam implicações para o desenvolvimento dessa profissão.

Em entrevista, outra estudante ouvinte se expressou nos seguintes termos:

[...] eu particularmente me recorro à Debora, acho que essa interação é importante, essa colaboração é importante não somente nós do grupo, vejo que uns ajudam também, se envolvem, pois ser solidário é importante, principalmente em nossa formação. Temos que estar constituindo, aprendendo, juntar, dividir, acho super importante (ESTUDANTE 18 – ENTREVISTA, julho de 2015).

Verificamos, em algumas disciplinas, a preocupação do professor regente em auxiliar os intérpretes, com a entrega dos textos e conteúdos previamente, ou planejando atividades junto com os intérpretes. Dessa maneira, entendemos que, nessas disciplinas, havia uma potencialização no trabalho do intérprete de Libras.

Concordamos com Xavier (2010) quando nos indica que o trabalho do intérprete não é algo automático. É uma atribuição que demanda diversas escolhas em um curtíssimo espaço de tempo, escolhas que demandam uma negociação nas duas línguas. Daí a importância de os docentes potencializarem a intervenção e a participação dos intérpretes nas aulas, subsidiando essa participação com a disponibilização de textos ou de materiais relativos aos conteúdos a serem trabalhados nas aulas.

Acreditamos que essas ações dialógicas entre os professores e os intérpretes dessa turma contribuíam no processo de interpretação no ensino e na aprendizagem da estudante surda. Além disso, essas práticas cooperativas demonstravam, para os estudantes da turma, um trabalho conjunto que era necessário para a formação de todos os estudantes. Observamos, nas entrevistas, que os estudantes ouvintes passaram a compreender a necessidade de um trabalho cooperativo entre professores e intérpretes. Nesse sentido, uma estudante destacou:

[...] No primeiro semestre, quando era a intérprete 1 eles tinham acesso aos conteúdos dos professores. Agora não sei quem pedia e se os professores mandavam

sem solicitação [...] nesse semestre, em um momento o intérprete 2 pediu, não lembro em qual situação, pra ele ter noção mesmo. Acho que deveria ser assim em todas as aulas, assim como temos que ler os textos, e eles vão interpretar, acho que deveriam ter noção dos conteúdos até pra facilitar a interpretação (ESTUDANTE 20 – ENTREVISTA, julho de 2015).

Essa declaração/percepção nos remete ao estudo de Santos (2009), particularmente quando destaca que, a partir da figuração constituída por estudantes ouvintes e algum estudante surdo, existem negociações entre os indivíduos na tomada de decisões a respeito das estratégias pedagógicas que serão utilizadas nas aulas. Essas negociações podem trazer questões e demandas que qualificam ainda mais a atuação dos intérpretes de Libras nos espaços de formação desse nível de ensino.

Assim, pontuaremos a seguir condutas que os intérpretes de Libras tomaram durante as aulas e que, talvez, trabalhadas com os professores e estudantes, poderiam ser conduzidas de outras maneiras, contribuindo para a afirmação da política cooperativa entre estudantes ouvintes e a estudante surda.

Tensões durante a interpretação em uma turma de nível superior

Elias (2006) nos permite entender que o desenvolvimento da profissão de intérprete de Libras depende do entrelaçamento de dois fatores. O primeiro apresenta-se voltado para as descobertas das novas necessidades humanas nas redes de interdependência que esses indivíduos constituem. O segundo diz respeito às maneiras pelas quais esses indivíduos, que possuem essa habilidade específica, encontrarão ferramentas para satisfazer essas necessidades humanas.

Contudo, nessa dinâmica, via de regra, ocorrem (des) ajustes entre as instituições e as necessidades individuais. Essa dinâmica é que delinea o ajustamento e o aprimoramento das profissões (ELIAS, 2006). Assim, compreendemos que os processos de interpenetrações individuais e institucionais tencionam a ação dos intérpretes de Libras a adotarem medidas para modelarem os códigos de condutas nas figurações que eles compõem.

Associado a essa nossa percepção, no estudo de Santos (2009), percebemos que a entrada dos intérpretes no Ensino Superior evidencia diferentes tensões. Por meio das entrevistas que realizou em seu estudo, a autora pontua que o estudante surdo pode desconhecer o papel do intérprete de Libras. Existem casos em que a cooperação com os professores regentes não acontece e a sobrecarga de responsabilidades de orientação institucional, essa, nos moldes de uma perspectiva assistencial, ocupa a maior parte do tempo.

Cabe-nos ressaltar que identificamos, em nossa pesquisa, as tensões apontadas no estudo de Santos (2009). O primeiro aspecto refere-se ao desconhecimento sobre o papel do intérprete de Libras pela estudante surda. Isso pode apontar para o fato de a estudante surda ter apenas três anos de conhecimento da Libras, além disso, ela teve oportunidade de contar com o trabalho de um intérprete de Libras na sua formação, apenas no Ensino Médio. Em decorrência disso, acreditamos que essa estudante pode entender que a responsabilidade do intérprete restringe-se “apenas” ao ato tradutório, apagando, assim, os demais processos que culminam na sala de aula.

A esse respeito, vale destacar que, nos estudos de Santos (2009, p. 08) “[...] em qualquer ato de tradução, o intérprete não age de modo isolado, ele está justamente no espaço “entre” das línguas, culturas e povos, que também são co-responsáveis neste processo”.

Em nossa investigação, observamos práticas que poderiam ser melhor trabalhadas, articuladamente com professores e demais estudantes, contribuindo no processo formativo de todos. De fato, percebemos que:

[...] durante uma aula de POEB, onde o debate girava em torno das teorias de Locke, Hobbes e Rousseau, que a estudante surda, interrompeu o intérprete, sem que o professor e o restante da turma percebessem, e solicitou uma explicação do sinal utilizado para a palavra “acumulação”. O intérprete, sem direcionar a dúvida da estudante para o professor, atendeu o pedido da estudante, e explicou, retomando logo em seguida a interpretação da aula (DIÁRIO DE CAMPO, outubro de 2014).

Esse processo pôde ser visto também em outros momentos, por exemplo, quando o intérprete traduziu a palavra “coibir”, esta, quando utilizada na frase: “Coibir o egoísmo”.

Na mesma direção, constatamos, durante uma aula da disciplina Introdução à Pesquisa Educacional, esse mesmo movimento. Em um dado momento da aula, a estudante surda ficou com dúvida em alguns sinais e, assim, solicitou ao intérprete que utilizasse a dactilologia para alguns verbos:

[...] nesse momento, a professora, que havia percebido o movimento da estudante surda, pausou a aula e indagou o que havia ocorrido e se a estudante estava precisando de alguma explicação. O intérprete respondeu que estava tudo bem, e assim a professora prosseguiu sua aula (DIÁRIO DE CAMPO).

Em relação ao desenvolvimento da profissão do intérprete de Libras no Ensino Superior, a resposta imediata, por via da tradução, corrobora com a visão assistencialista, idealizada e ancorada no fluxo histórico e social dessa profissão. Nesse sentido, destacamos a

importância da intervenção e participação dos professores, caso contrário, talvez, ao sanar a dúvida sem o consentimento do professor, o intérprete pode contribuir para que a estudante surda, os estudantes ouvintes e os professores confundam o seu papel.

Por outro lado, o ato de responder à estudante surda sem o consentimento do professor pode esconder dúvidas que, talvez, também poderiam ser de outras estudantes ouvintes. Na direção do nosso estudo, especificamente quando pensamos uma política cooperativa, entendemos que, nesse caso, professores e estudantes (ouvintes e surdos) deixaram de contribuir na aula e, conseqüentemente, na formação de ambos.

De fato, em outras situações das aulas, observamos que, conforme emergiam piadas, debates paralelos ou quando o professor lançava uma questão para que os alunos pensassem e respondessem, a estudante surda não acompanhava no mesmo ritmo que os demais alunos da turma. Isso acontecia, principalmente em decorrência do tempo necessário para se fazer uma tradução. Constatamos que a estudante surda, quando ria sobre alguma piada feita, olhava em sua volta e não observava mais ninguém rindo. Além disso, não identificava o responsável por qualquer tipo de fala nos debates da sala e, por fim, quando tentava responder a alguma questão do professor, esta já havia sido respondida e o debate já estava em outro momento.

Destacamos que, em nossa pesquisa, também identificamos movimentos diferentes a esses, por exemplo:

[...] durante outra aula da disciplina de Introdução à Pesquisa Educacional, a professora propôs uma atividade em grupo, indicando que os estudantes deveriam vivenciar o espaço escolar e coletassem dados. Durante sua explicação, observamos, que a professora buscava acompanhar a tradução, ou seja, processualmente, dirigia a palavra para a turma, pausava, e esperava o intérprete de Libras acompanhar sua fala (DIÁRIO DE CAMPO, maio de 2015).

Entendemos que a condução feita pela professora em cooperação com o intérprete de Libras demonstrava para os demais estudantes a importância do trabalho cooperativo da língua de sinais e, nesse sentido, a organização dos turnos de fala e a comunicação com a estudante surda provocou mudanças nos comportamentos de alguns estudantes ouvintes e isso parece ser muito interessante. Desse modo, compreendemos que esse refinamento começa a fazer parte da história de uma possível mudança social. Na mesma direção, observamos em uma aula de POEB:

[...] que o professor aguardava o intérprete concluir a interpretação para prosseguir com sua fala, esse fato, passou a ser observado pelos alunos e, em dado momento da

aula, a estudante surda questionou sobre o conceito de “desapropriação”, o fluxo da aula foi interrompido e, tanto o professor, quanto os estudantes, respeitando os turnos de fala, passaram a citar exemplos e auxiliar na interpretação. Ao concluírem o raciocínio, o professor olhou para a estudante surda e disse: “Boa pergunta!” e, concomitantemente, perguntou para o intérprete como seria a interpretação dessa exclamação, assim, visualizou e sinalizou para a estudante surda: “Boa pergunta” (DIÁRIO DE CAMPO, outubro de 2014).

Dessa maneira, observamos que tanto a profissão do intérprete de Libras quanto as relações dos indivíduos que compõem essa rede de interdependência, sofreram com processos de (des) ajustes. De fato, de maneira processual, uma função específica para o intérprete de Libras estava se desenvolvendo nessa rede de interdependência. Compreendemos que essa dinâmica contribuía também para que os estudantes ouvintes fossem mobilizados a cooperar com a formação da estudante surda.

Não pensamos as tensões que emergiram, a partir da presença da estudante surda e, concomitantemente, do intérprete de Libras, destacadas neste ensaio, como processos negativos, pois a gestão dessas tensões foi de fundamental importância para a modelação da política cooperativa nessa turma (SENNETT, 2012).

Considerações Finais

Ao tratarmos do processo no qual os intérpretes, os estudantes surdos e os estudantes ouvintes se imbricavam nessa rede de interdependência, procuramos abordar, por meio da Sociologia Figuracional, que esse fluxo acarretou também a refuncionalização do papel do intérprete de Libras.

Além disso, esse desenvolvimento implicou também em articulações cooperativas com os demais indivíduos dessa turma. A presença do intérprete de Libras evidencia questões que precisam ser problematizadas. Esse profissional intervém na educação de surdos, tornando-se ator importante na escolarização desses indivíduos. É nesse sentido que destacamos a importância das relações com os demais indivíduos dessa rede de interdependência, pois esses “outros” são componentes fundamentais para compreendermos os processos tradutórios, de desenvolvimento dessa profissão, bem como os processos formativos de estudantes surdos no Ensino Superior.

Reiteramos que, na turma investigada, ocorreu um processo crescente de interdependência mútua entre estudantes ouvintes, professores, intérpretes e a estudante surda, trazendo implicações no desenvolvimento da profissão do intérprete de Libras.

Associado a isso, o conjunto de dados que sistematizamos nos motivam a destacar a pertinência de uma política institucional potencializadora de vínculos mais estreitos entre os profissionais que atuam no Ensino Superior.

Diante do processo vivido nesta investigação, acreditamos que seria muito importante estabelecer uma prática de estudos dos textos a serem utilizados nas disciplinas; a destinação de um tempo específico para os intérpretes realizarem os planejamentos das aulas, em colaboração com o docente da turma; a destinação de momentos para participação dos intérpretes em grupos de estudos e/ou projetos de pesquisa que têm como temática, principalmente, os fundamentos históricos, políticos e filosóficos da educação.

Essas práticas poderiam contribuir, sobremaneira, na qualificação da atuação dos intérpretes. Pela via de uma política institucional e pela inserção dessas práticas, os intérpretes poderiam constituir com os docentes uma vinculação acadêmica altamente qualificada que assegurasse aos estudantes o acesso aos conteúdos de forma reflexiva e crítica. Nessa direção, em muitas situações, esses intérpretes poderiam atuar como parceiros fundamentais na realização de formação continuada de professores, auxiliando os docentes no uso de técnicas e de estratégias que atendessem às demandas educativas dos estudantes nas turmas em que atuam e, particularmente, dos estudantes surdos.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 24 de abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 11/07/2015.

_____. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 22 de dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 11/07/2015.

_____. Lei nº 12.319 de 01 de setembro de 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 01 de set. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 21/09/2015.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. v.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. **Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Escritos & Ensaio**s; 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

_____. **Introdução à sociologia**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2014.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANFELICE, José Luis. Compromisso político e pedagógico da Faculdade de Educação diante das novas tendências de gestão e formação docente. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. **Faculdades de Educação e políticas de formação docente**. Campinas: Autores Associados / Brasília/DF: Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2014.

SANTOS, Silvana Aguiar. Intérpretes de língua de sinais: tensões e negociações no ensino superior. In: **XII Congresso da Association pour la Recherche Interculturelle - ARIC**, 2009, Florianópolis. Anais do XII Congresso da ARIC, 2009, p. 01-13.

SANTOS, Silvana Aguiar. A tradução e interpretação de língua de sinais no Brasil: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010. In: **III Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa**, 2012, Florianópolis. Anais do III Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012. v. 3, p. 01-09.

SENNETT, Richard. **Juntos**: os rituais, os prazeres e a política de cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012.

VIEIRA-MACHADO, Lucylene Matos da Costa. Educação de surdos: pensar numa política na prática. In: VICTOR, Sônia Lopes [et al.] (Orgs.). **Práticas bilíngues**: caminhos possíveis na educação de surdos. Vitória/ES: GM, 2010, p. 15-31.

XAVIER, Keli Simões. O intérprete de Libras na educação de surdos. In: VICTOR, Sônia Lopes [et al.] (Orgs.). **Práticas bilíngues**: caminhos possíveis na educação de surdos. Vitória/ES: GM, 2010, p. 109-123.

ZAIDAN, Samira. O papel da Faculdade de Educação na formação docente. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. **Faculdades de Educação e políticas de formação docente**. Campinas: Autores Associados / Brasília/DF: Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2014.

Artigo recebido em: 06/05/2016.

Artigo aceito em: 03/07/2016.

Artigo publicado em: 05/07/2016.